

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

NISA

AO TEMPO DOS ROMANOS

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
Professor da Universidade de Coimbra

NISA AO TEMPO DOS ROMANOS A POPULAÇÃO E AS SUAS CRENÇAS

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

1 9 8 8

NOTA PRÉVIA

Este opúsculo nasceu das diligências feitas junto da Câmara Municipal de Nisa, em 1986, pelo Dr. Rogério Carvalho que, ao tempo, como técnico do Instituto Português do Património Cultural, dava o seu apoio a esta autarquia, designadamente no âmbito da valorização do seu património arqueológico.

Foi-me dirigido convite para ir a Nisa estudar os monumentos epigráficos recentemente encontrados, convite a que gostosamente acedi, tendo-me deslocado a Nisa em Junho desse ano, acompanhado de Guilherme Cardoso.

As inscrições então ainda inéditas foram publicadas por Rogério Carvalho no fascículo 23 do «Ficheiro Epigráfico», onde também incluímos os artigos de F. Patrício Curado e A. E. Maia do Amaral. Neste opúsculo se consignam, em linguagem que procurei fosse acessível, as conclusões que a análise das epígrafes romanas achadas no termo de Nisa permite tirar acerca das gentes que, há perto de dois mil anos, por aqui estanciararam.

Agradeço a Rogério Carvalho e à Câmara Municipal de Nisa todo o apoio que amavelmente me dispensaram. A Guilherme Cardoso, sempre solícito a acompanhar-me em viagens epigráficas por esse País fora, o meu reconhecimento pela colaboração: deve-se-lhe a boa qualidade das fotografias.

Nisa ao tempo dos Romanos — A população e as suas crenças é, pois, contribuição singela para a divulgação do passado nisense, que dedicadamente ofereço à sua laboriosa população actual.

Coimbra, Março de 1988

O AUTOR

Sempre foi preocupação do Homem escrever, deixar rasto da sua passagem. Hoje, quando se pretende homenagear alguém ou comemorar uma data célebre, manda-se lavar uma lápida, que solenemente se inaugura. O casal de namorados, ao visitar um monumento histórico, não resiste a gravar, num coração trespassado, dois nomes enlaçados e a data da sua presença. Os reis nomearam cronistas. O próprio Deus mandou gravar os dez mandamentos e entregou as tábuas a Moisés.

Dáí ressalta a enorme importância documental da Epigrafia, ciência que estuda o valor histórico das inscrições, através da sua interpretação e correcta integração no momento que as viu nascer e no local para que foram pensadas.

Todos os domínios da vida humana podem estar, pois, documentados por inscrições. E, nesse aspecto, os Romanos também não quiseram deixar os seus créditos por mãos alheias. Hoje em dia, o verdadeiro historiador da época romana nunca se poderá alhear das mensagens e das informações que os monumentos epigráficos lhe fornecem.

Vejam, portanto, o que nos reserva a epigrafia romana proveniente de Nisa e seu termo. Aludiremos aos monumentos até agora conhecidos, salientando a importância histórica de que se revestem, de forma a procurarmos responder a esta questão: quem, ao tempo dos Romanos, viveu no território actualmente adstrito ao município de Nisa? Que grau de cultura possuía? Que deuses venerava?

OS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS ROMANOS DE NISA

A inscrição romana do território de Nisa que há mais tempo se conhece é o epitáfio, hoje perdido, de um jovem de doze anos, chamado Máximo, filho de Talabaro. Publica-a, pela primeira vez, o epigrafista alemão Emílio Hübner (1869, n.º 171)¹, que se baseou num Dicionário Geográfico manuscrito a que teve acesso e donde recolheu a informação de que a pedra estava «posta por escarção de uma janela em uma casa junto ao túmulo ao ponte da vila em uma tapada»².

¹ Indica-se, no final deste opúsculo, por ordem alfabética do apelido dos autores, toda a bibliografia. As citações serão feitas mediante apenas o apelido do autor em causa seguido do ano da publicação a que diz respeito e do número das páginas que directamente interessam.

² Escrevia-me o Dr. José Fraústo Basso, a 30 de Junho de 1986: «É desconhecida a sua origem e o seu paradeiro. Apenas as *Memórias Paroquiais* de Frei Manuel Dias Canhestro, de 1758 (Torre do Tombo, tomo XXV, fl. 155) referem a sua descoberta numa tapada ao poente de Nisa. E foi aproveitada para escarção de uma janela no mesmo local, a um bom tiro de bala dos muros de Nisa. Sendo assim, não foi encontrada no Monte da Senhora da Graça», como sugerira José Francisco Figueiredo (1956, 2), levado, decerto, pela circunstância de ali ter encontrado tijolos romanos, mós, um fuste de coluna e um machado de ferro. E, mais adiante, após observar que entre XII e H a inscrição «devia ter contido mais letras», pois «estava já esburacada, segundo Frei Canhestro», José Fraústo Basso admitia que «a lápide haja sido encontrada nas proximidades» da Tapada da Fonte da Cal, acrescentando: «Talvez haja ainda possibilidades de a localizar».

Quando, em 1933, José Leite de Vasconcelos deu conta das antiguidades de que tivera conhecimento em Nisa, lá vinham entre elas três aras de granito, que, de resto, conseguiu lhe fossem oferecidas para o seu museu de Lisboa, hoje Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

Uma, cujo texto leu (1933, 178), proviera de «uma herdade da família de Linhares, entre Nisa e Póvoa e Meadas», a Tapada do Pai Anes. Tratava-se do ex-voto oferecido por Públio Carmínio Macro a uma divindade não referida (Foto 1).

A segunda estava, segundo informou (1933, 183), «metida de través na parede de um casebre» numa vinha do sítio da Fonte da Feia, Herdade de Pero Galego, freguesia de Montalvão. A inscrição esclarecia que Céltio, filho de Tôngio, cumprira de boa vontade a sua promessa a Júpiter Repulsor (Foto 2).

Desse mesmo sítio vieram mais duas aras, a que Leite de Vasconcelos apenas faz referência (1933, 184), decerto porque não dispôs de tempo para tentar a sua decifração.

Data de 1956 a *Monografia da Notável Vila de Nisa*, publicada, em Sintra, pelo professor José Francisco Figueiredo. Aí se refere, como já assinalai, o primeiro documento epigráfico romano que se conhece e se alude, na pág. 2, a «outra pedra tumular» que fora encontrada, «em Março de 1941, num prédio rústico situado a três quilómetros a sudoeste da vila». É o imponente epitáfio do jovem Duácio, mandado lavrar por seus pais, Uleia e Avito (Fotos 3 e 4).

Ao estudar as epígrafes guardadas no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, T. Scarlat Lambrino (1967, 216 e 217) elabora apenas as fichas das duas aras estudadas por Leite de Vasconcelos: são os n.ºs 154 e 155 do seu catálogo.

Por conseguinte, quando aí identifiquei as outras duas, acabei por as estudar com as demais (1977), na medida em que se estava em presença de um notável conjunto votivo, que demonstrava a existência de um santuário a Júpiter Repulsor (Fotos 5 e 6).

Alguns anos mais tarde, Francisco J. R. Henriques e João Carlos Pires Caninas, que haviam calcorreado a região com vista ao levantamento da sua carta arqueológica³, deram conhecimento, no jornal «Reconquista», de Castelo Branco, na edição de 9 de Janeiro de 1981, da existência, em casa de João Louro, na povoação de Salavessa, de uma ara de granito. A inscrição, lida por José Manuel Garcia, revelava uma nova divindade pré-romana, *Quangeius Tannqus* (Foto 7). Essa nota seria, pouco depois, completada pelas observações de Manuel Leitão e João Ribeiro (1981) e pelo próprio José Manuel Garcia, em estudo mais desenvolvido (1985).

Publiquei, em 1984, no âmbito das inscrições romanas do sul de Portugal, um catálogo pormenorizado com cada um dos monumentos epigráficos do concelho de Nisa conhecidos até então: os textos que considerei dedicados a Júpiter Repulsor (n.ºs 637-640); o epitáfio de Duácio, com leitura incorrecta (n.º 644), pois tinham sido baldadas as diligências para saber do seu paradeiro⁴, e o epitáfio de Máximo (n.º 646).

Ao comentar esse trabalho, Jorge de Alarcão (1985) perspectivou já as primeiras sínteses que, a partir dele, se poderiam delinear e, designadamente no que concerne ao território que nos prende, justificou a presença da onomástica pré-romana com uma passagem da *Geografia* de Estrabão⁵, temática que desenvolvi, nesse mesmo ano, em comunicação às 1.ªs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano, ao

³ Os resultados desse levantamento foram transcritos no n.º 4 (referente a 1981) de «Informação Arqueológica» (Lisboa, 1984), 28-33.

⁴ O Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul vai publicar um volume de «Trabalhos de Arqueologia do Sul», onde inseri um artigo com as correcções e aditamentos ao meu trabalho de 1984. Aí se fazem as necessárias emendas resultantes da observação directa do monumento.

⁵ Em III, 1, 6, Estrabão diz que «algumas gentes lusitanas da outra margem do Tejo» foram «transplantadas pelos Romanos» para a margem esquerda.

AS INFORMAÇÕES DA EPIGRAFIA

Dado o panorama geral dos achados epigráficos, interessará mostrar as informações que eles nos fornecem acerca da população que, ao tempo dos Romanos, viveu em Nisa e no seu termo. A onomástica — ou seja, os nomes que as pessoas ostentam — poderá indicar-nos algumas pistas para saber donde era proveniente? E será possível conhecermos o seu grau de cultura? E as crenças religiosas que tinham, os deuses a que prestavam culto?

Vamos ver que sim. Temos, até ao momento, catorze epígrafes romanas procedentes do termo de Nisa: oito foram dedicadas a divindades, quatro são epitáfios e das outras duas o seu estado é tão mau que ainda não arriscamos uma classificação. Ora, apesar de estes monumentos não ultrapassarem um número bastante reduzido para um território proporcionalmente vasto, eles permitem-nos desde já algumas conclusões.

1. AS INFORMAÇÕES DA ONOMÁSTICA

A maior parte dos nomes que surgem na epigrafia romana de Nisa são tipicamente lusitanos. Para o afirmar, baseio-me na circunstância de eles serem mais frequentemente documentados em inscrições achadas na área da antiga Lusitânia.

Mais concretamente, posso mesmo garantir que os outros testemunhos da ocorrência desses nomes provêm de duas áreas

bem delimitadas: a zona da antiga Egitânia, hoje Idanha-a-Velha (concelho de Idanha-a-Nova), a norte da actual cidade de Castelo Branco; e a zona da hodierna província espanhola de Cáceres por onde outrora se estendia também a Lusitânia.

Vejamos como isso se passou, na verdade, com os nomes das personagens aqui documentadas:

- *Camira*;
- *Celtius*, filho de *Tongius*;
- *Duatius*, filho de *Avitus*;
- *Lupus*, filho de *Lancius*;
- *Maxunus*, filho de *Talabarius*;
- *Priscus*, filho de *Lupus*;
- *Tanginus*, filho de *Doquirus*;
- *Tongeta*, filha de *Tulorus*;
- *Ullea*, filha de *Afulus*;
- *P. Carminius Macer*.

Vejamos o que se poderá dizer em relação a cada uma delas, servindo-nos nomeadamente dos resultados da investigação levada a efeito nesse domínio pela extraordinária competência da doutora María de Lourdes Albertos, recentemente falecida.

Camira:

É a única palavra que Rogério Carvalho (cfr. FE 104) conseguiu identificar na ara de granito róseo, que integra actualmente a colecção que constitui o recheio do futuro museu da Santa Casa de Misericórdia local, onde lhe foi atribuído o n.º 8. O nome do pai encontra-se praticamente ilegível.

Como María de Lourdes Albertos demonstrou através da distribuição dos achados num mapa (1976, 78), *Camira* é um nome tipicamente lusitano. Nesta área, ocorre em Estremoz (IRCP 460) e no Crato (IRCP 624).

Celtius:

É o nome do dedicante de uma das aras a Júpiter Repulsor. Etimologicamente, quererá significar «o que é de origem céltica». Quando estudou a sua distribuição geográfica, M. de Lourdes Albertos escreveu: «Nome muito característico da região lusitana central, com vinte e cinco testemunhos, o que não deixa de ser surpreendente já que a língua destas regiões não pode ser considerada céltica em sentido próprio, se atendermos aos documentos conservados (...)». E acrescenta: «O nome parece ter sentido étnico e documenta-se, conseqüentemente, fora de uma área céltica, já que os indivíduos dessa procedência chamariam, nalgum momento, a atenção dos lusitanos» (1979, 45). O mapa que apresenta (1976, 78) é, aliás, suficientemente explícito a este respeito.

Tongius, o nome do pai, é também típico da área dos Lusitanos e dos Vetões (Albertos 1979, 48) — como, de resto, o é igualmente *Tongeta*, que detém etimologicamente a mesma raiz. Como patronímico, *Tongius* regista-se em quatro textos da Egitânia.

Duatius:

Além dos testemunhos de *Duatius* apresentados por Nelson Borges (1976, 123 e mapa 1), registámos mais um, grafado com *c*, ainda inédito, na epigrafia de Egitânia. Insere-se claramente na área lusitana.

Avitus é nome latino. Significa 'o mais velho'. Não se lhe pode, pois, atribuir uma origem pré-romana. Trata-se, contudo, de um nome que, pelo seu significado concreto e tão ligado à vida quotidiana, os indígenas cedo utilizaram, mesmo quando a aculturação linguística ainda estava no começo. Daí a sua enorme frequência em zonas de onomástica pré-romana. Tal circunstância levou, inclusive, um outro investigador, o alemão

Jürgen Untermann, a incluí-lo num dos mapas (o n.º 14) do atlas antroponímico que publicou em 1965 e onde, em princípio, só deveriam ser estudados os nomes de origem pré-romana.

Lupus:

Lupus é nome de origem latina também. Mas, tal como *Avitus*, atesta-se frequentemente em contexto indígena, como demonstrou a Dr.ª M. Manuela Alves Dias (1979, 213). Documenta-se também como patronímico de *Priscus*, como vimos.

Lancius, o nome do pai, deverá relacionar-se — como já escrevi (1984, 699) — com o topónimo lusitano *Lancia*⁶.

Maxumus:

Nome latino, também ele usado frequentemente em contexto indígena, dado o seu significado concreto: *maxumus* (ou *maximus*, não há diferença de sentido se se escrever com i ou com u) quer dizer 'o maior' e pode aludir, por isso, a características físicas da pessoa a quem é atribuído.

Já *Talabarius*, o nome do pai, é — como salientei (1984, 703) — característico da Lusitânia (cfr. também Albertos 1976, 85).

Priscus:

Rogério Carvalho leu este antropónimo numa ara (votiva?) identificada na vila de Nisa: «*Priscus* é um nome que, na Península Ibérica, normalmente se atesta como cognome, em

⁶ Desconhece-se a localização exacta desta povoação. A sua existência em solo lusitano está, porém, documentada, por exemplo, na célebre inscrição romana da ponte de Alcântara sobre o rio Tejo. Aí se faz referência aos *Lancienses*. Para mais pormenores sobre este topónimo e seus habitantes, cfr., nomeadamente, a síntese da questão apresentada por António Tovar (1976, 253).

contexto latino; contudo, temos também exemplos da sua utilização, como nome indígena, na Egitânia (ILER 3475 e 4855) e na região de Salamanca (ILER 2615)». Sobre o patronímico — *Lupus* — falámos atrás.

Tanginus:

Sobre *Tanginus* escreveu M. Lourdes Albertos (1979, 48): é um nome «quase exclusivo» da Lusitânia, «já que conta com mais de noventa achados, dos quais cinquenta correspondem à província de Cáceres e só um, muito isolado, aparece fora da Lusitânia».

Sobre *Docquirus*, o mapa que M. Lourdes Albertos apresenta (1976, 80) é deveras sintomático da sua exclusiva ocorrência na Lusitânia.

Tongeta:

Já atrás me referi a este nome. Falta agora dizer que o nome *Tulorus*, com que o pai se identifica, é, por enquanto, desconhecido na Península.

Ullea:

Trata-se de um nome pré-romano que se documenta na Egitânia (ILER 3994) e em Torre de Santa María, Cáceres (CPIL 500).

Do nome do pai, *Afulus*, não conheço quaisquer paralelos nem sei de momento que etimologia se lhe possa atribuir.

P. Carminius Macer:

Usando três nomes latinos, de acordo com as normas romanas, Macro é, seguramente, um indígena a quem foi concedido o direito latino por intervenção de uma família Carmínia.

Analisando os testemunhos documentais acerca da existência desta família na Península Ibérica, pode pensar-se numa

intervenção de Lúcio Calvêncio Vétere Carmínio — legado do imperador Tibério que surge numa inscrição de Amaia (actual S. Salvador de Aramenha, Marvão), a cujo território Nisa pertencia administrativamente, datada de 44-45 da nossa era (IRCP 615) — ou de algum dos seus familiares. Recorde-se que este governador da Lusitânia deu a um dos filhos, que foi cônsul em 81, o nome de *L. Carminius Lusitanicus*.

2. OS ÍNDICES CULTURAIS

Após a análise da onomástica, que nos permitiu traçar uma panorâmica da origem dos habitantes deste território no recuado tempo dos Romanos, poderemos debruçar-nos um pouco sobre o que, nesses mesmos monumentos epigráficos, nos pode servir como índice cultural.

São dois, de modo particular, esses índices: a tipologia dos monumentos, ou seja, a forma como eles se apresentam; e a utilização, correcta ou não, dos formulários habituais.

A forma

O tipo de monumento mais corrente na epigrafia romana de Nisa é a ara, reprodução em ponto pequeno do que seriam os grandes altares sacrificiais e de propiciação.

Na sua totalidade, as aras de Nisa, embora rudes, apresentam-se à maneira tradicional, tanto as funerárias como as votivas, com capitel provido de *foculus*, que era a concavidade própria para a queima de essências. Neste aspecto, a aculturação fez-se facilmente, mediante a adopção plena dos modelos romanos, ainda que adaptados à dificuldade do trabalho em granito.

Lugar à parte merece, contudo, a placa de Duácio (Foto 3), quer pela singularidade da decoração, quer pelo inusitado das dimensões quer, ainda, pelas características textuais que apresenta.

Trata-se, de facto, de uma grande estela (dimensões: $197,1 \times 36,2 \times 14,9$), de granito claro, de grão fino, partida ao nível da l. 3 em dois fragmentos que se ajustam. Só lhe falta, aliás, uma pequeníssima porção no registo superior. Tem, na face epigrafada, esse primeiro registo ocupado por rosácea de seis pétalas inscrita em duas circunferências concêntricas (diâmetro = 29 cm); abaixo, um crescente, em relevo também, de pontas para cima (distância entre as pontas: 28 cm); segue-se o campo epigráfico ($68,5 \times 29$) e, sob ele, um novo registo com uma circunferência central (diâmetro = 20 cm) e uma, mais pequena ($7-8$ cm de diâmetro), em cada um dos quatro cantos.

Destinada, certamente, a assinalar um amplo espaço sepulcral, a estela individualiza-se no panorama dos monumentos epigráficos do Sul de Portugal. Vagamente semelhante é a estela de Júnia Coríntia (IRCP 193), proveniente de Alcácer do Sal, também ela de boas dimensões ($186,5 \times 55 \times 32$) e com uma roseta a meio do frontão semicircular que encima a inscrição. Outro monumento idêntico — este, aliás, achado mais perto, em Aldeia da Mata (Crato) — é a estela de Camira, filha de Máximo (IRCP 624), quer pelas dimensões ($176 \times 41 \times 19$), quer por também apresentar rosácea (octopétala, porém) e crescente de pontas para cima ($33,5$ cm de distância entre as pontas), gravado. Igualmente deveria ter boas proporções a estela de Cileia, também ela do Crato (IRCP 626), uma vez que a parte de cima, única que resta, mede $84 \times 44 \times 17$. E apresenta também um crescente, embora de pontas para baixo. Algumas estelas de Amaia poderiam ter sido do mesmo estilo: recorde-se que delas se diz que teriam na parte superior a representação de um astro ou de uma rosácea (IRCP 620, 622, 623, 629 e 632).

É, pois, perfeitamente justificável a hipótese de, na região, ter existido uma oficina onde se prepararia este tipo de monumentos. Aliás, a análise paleográfica do monumento de Camira (IRCP 624) e da estela de Nisa demonstra tipos iguais: a disposição da fórmula final é a mesma em ambos (em duas linhas,

deixando para a segunda T. T. L., o que não seria normal), a forma do H (bastante aberto) e a inclinação do S para a frente também se verificam nos dois.

À rosácea não se tem atribuído particular significado a não ser o decorativo⁷. Das circunferências do friso sob o campo epigráfico, apesar de a do meio aparentar ter uma espécie de *umbo* — ou seja, uma saliência — central à maneira das representações de páteras, não creio que tenha outra finalidade senão decorativa também. Quanto ao crescente, é elemento de grande conotação religiosa: a lua exerceu sempre grande fascínio sobre a mentalidade dos povos e desde os tempos pré-históricos que é gravada ou mesmo esculpida em monumentos votivos ou funerários, como objecto de particular veneração inclusive como possível morada dos mortos⁸.

Em suma, pode afirmar-se que, do ponto de vista tipológico e decorativo, a estela de Duácio obedece ao que há de mais clássico na simbologia funerária romana, denotando, por isso e nesse âmbito, uma boa aculturação.

Há, porém, um pormenor interessante a referir no que ao texto diz respeito: é que, já pela inusitada translineação da fórmula a que acima aludi, já por se ter grafado PH em vez de FIL, já por se ter optado pelo Q em lugar do mais vulgar e mais correcto C na fórmula final (*Faciendum Curaverunt*, mandaram fazer), se me afigura que, ao nível da linguagem escrita, essa aculturação não foi assim tão fácil de conseguir. Ou seja, com uma forma esbelta coexistem erros de grafia, a denunciar dois

⁷ Sobre as interpretações dadas à rosácea como elemento decorativo, cfr. as judiciosas considerações de V. Mantas, «Conimbriga» 21, 1982, 81-83.

⁸ Franz Cumont, na sua obra *Recherches sur le symbolisme funéraire des Romains* (Paris, 1942, reimp. 1966), dedica todo um capítulo (o III) a esta problemática. Pode ver-se também, nomeadamente para as considerações de ordem estética, o artigo de Colette Kooy, *Le croissant lunaire sur les monuments funéraires gallo-romains*, «Gallia», 39, 1981, 45-62.

níveis culturais: o da cultura material, mais fácil de assimilar, e o da alfabetização, mais lentamente adquirido⁹, onde inclusive a oralidade desempenha papel fundamental. Essa poderá ser também uma das razões pelas quais, por exemplo, se utiliza por extenso a fórmula *ex voto* (IRCP 637) e outras equivalentes (cfr. IRCP 639 — *votum solvit* — e 640 — *animo libens*).

3. AS CRENÇAS POPULARES

O actual território de Nisa parece ter estado sob a protecção de uma divindade indígena — *Quangeius*.

O nome desse deus indígena identificou-se pela primeira vez, como já vimos, numa ara de Salavessa. Vinha aí acompanhado por um epíteto, *Tannigus*, nome cujo significado se desconhece mas cujo radical estará, eventualmente, ligado ao do nome próprio *Tanginus*. Poderá ser que *Quangeius Tannigus* seja o protector de determinado grupo étnico em particular.

Tentei, na altura, encontrar mais exemplos do culto a este deus e a clareza com que o seu nome aparecia grafado levou-me a considerar mal interpretado o texto de Malpartida de Plasencia onde se lera *Dovanceio* (ILER 802) e Fernando Patrício Curado acabou por encontrar, em pleno coração da Lusitânia, mais testemunhos da devoção a esta divindade que, dia após dia, vão aumentando. Quangeio não é, pois, um númen exclusivo desta zona do Nordeste alentejano; aí existiu, contudo, um particular centro de irradiação do seu culto.

⁹ Chamei a atenção para esse 'fenómeno' que exemplarmente se detecta na epigrafia da Quinta de Marim, junto a Olhão, na costa meridional da Lusitânia, aquando do IX Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina (Sófia, Setembro de 1987).

Além de *Quangeius*, uma outra divindade colheu a particular devoção das gentes romanas de Nisa no longínquo século I da nossa era: Júpiter Repulsor. Devoção tão particular que a ele deve ter erigido um santuário ou consagrado um local na zona da Tapada do Pai Anes, uma vez que daí provêm, pelo menos, quatro aras, duas das quais não apresentam o nome de divindade, precisamente por se tratar daquela tradicionalmente venerada aí (cfr. ENCARNAÇÃO 1985-6, 307); além disso, o nome do deus vem depois do nome do dedicante, porque, assim, mais facilmente se individualizavam os ex-votos.

Júpiter é a principal divindade dos Romanos. Adoptada pelos indígenas, geralmente sob a invocação de Júpiter óptimo Máximo (como acontece na vizinha Amaia), reveste-se amiúde de outras características locais. Aqui, o epíteto registado é Repulsor. E a importância deste conjunto de epígrafes resulta precisamente do facto de ter permitido fixar definitivamente a existência deste epíteto (que se chegou a pensar identificável com um outro, *Depulsor*, registado antes noutros lugares). *Repulsor* é palavra latina que significa «o que repele», «o afugentador». Situa-se, pois, no âmbito das divindades que se invocam para afastar os maus espíritos.

Mais epígrafes se poderão encontrar quando se proceder a cuidadosa e sistemática exploração arqueológica do sítio¹⁰. No entanto, pode desde já afirmar-se que a circunstância de terem sido identificados quatro monumentos é indício de que o deus era alvo, na região, de um arraigado culto.

¹⁰ «Esta zona de Nisa é assaz rica em restos de um passado que bem merece ser pesquisado, descoberto e lembrado.

Designadamente, a zona do Pai Anes, a de Nisa-a-Velha, e da Fonte da Cal e outras bem merecem ser investigadas e inventariadas por um grupo idóneo que para tal fim se venha a criar e organizar, com o necessário apoio técnico e material, a exemplo do que está sucedendo em outras zonas do País» (José Fraústo Basso, em carta de 30 de Junho de 1986).

CONCLUSÃO

Assim, por mais insignificante que pareça, o monumento epigráfico constitui realçante índice cultural.

Pela forma que tem e pelo formulário que ostenta, dá-nos conta do grau de aculturação das gentes que o erigiram.

Pelos antropónimos nele gravados, informa-nos eloquentemente acerca da proveniência étnica e social das pessoas identificadas.

Pelos deuses que revela, denuncia a religiosidade secular.

Foi isso que tivemos ocasião de ver nesta fugaz panorâmica sobre os monumentos epigráficos romanos achados no território hoje integrado no concelho de Nisa. Aqui viveu, nos primeiros tempos da nossa era, uma população lusitana que, durante muito tempo, se manteve fiel aos seus cultos ancestrais (onde avulta o deus *Quangeius*), mas que não hesitou em acolher igualmente o deus maior dos Romanos, Júpiter, a que, porém, atribuiu uma característica própria — o Repulsor, o Afastador dos Males.

Gentes remotas, essas, donde afinal descendemos. Gentes a quem, no entanto, a Morte, os Deuses não deixaram indiferentes.

A nós compete, pois, preservar com devoção o que, na verdade, em devoção foi erigido — num desejo de perenidade que resultou.

Por isso, o estudamos hoje. Numa vénia do mais desvelado respeito.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALARCÃO (Jorge de), *Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve — A propósito de uma obra de José d'Encarnação*, «Arqueologia», 11 (Junho 1985), 99-111.
- AMARAL (A. E. Maia do), *O epitáfio de Tongeta Tulori (Nisa)*, «Ficheiro Epigráfico», 23, 1987, n.º 107.
- BORGES (Nelson Correia), *Nova leitura da inscrição CIL 6275a (Penacova)*, «Conimbriga», 15, 1976, 117-125.
- CARVALHO (Rogério), *Ara de Camira*, «Ficheiro Epigráfico», 23, 1987, n.º 104.
- CARVALHO (Rogério), *Ara achada em Nisa*, «Ficheiro Epigráfico», 23, 1987, n.º 105.
- CARVALHO (Rogério), *Ara votiva de N.ª Sr.ª dos Prazeres (Nisa)*, «Ficheiro Epigráfico», 23, 1987, n.º 106.
- CIL — ver HÜBNER. (Indica-se o número da inscrição).
- CPIL — ver HURTADO.
- CURADO (Fernando Patrício), *Fragmento de ara de Nisa*, «Ficheiro Epigráfico», 23, 1987, n.º 103.
- DIAS (M.ª Manuela Alves), *A propósito da inscrição B-143 do Museu Regional de Beja*, «Conimbriga», 18, 1979, 203-226.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Epigrafia romana do Nordeste alentejano — Nisa, Torre de Palma e Silveirona*, «Conimbriga», 16, 1977, 59-82.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições romanas do conventus pacensis (=IRCP)*, Coimbra, 1984.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Omissão dos teónimos em inscrições votivas*, «Veleia», 2-3, 1985-1986, 305-310.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *A população romana do Nordeste alentejano*, «1.ª Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano 85 — Actas», Castelo de Vide, 1987, 167-170.

- FIGUEIREDO (José F.), *Monografia da notável vila de Nisa*, Sintra, 1956.
- GARCIA (José Manuel), *Quangeio deus lusitano*, «História», 76, Fev.º 1985, 23-32.
- HENRIQUES (Francisco J. R.) e CANINAS (J. C.), *Uma nova divindade indígena — Quangeius Tannus — Notícia da descoberta (Salavessa — Nisa)*, «Reconquista» (Castelo Branco), 9-1-1981.
- HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum — II (=CIL)*, Berlin, 1869.
- HURTADO DE SAN ANTONIO (Ricardo), *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas — Cáceres (=CPIL)*, Cáceres, 1977.
- ILER — ver VIVES. (Indica-se o número da inscrição).
- IRCP — ver ENCARNAÇÃO 1984. (Indica-se o número da inscrição).
- LAMBRINO (T. Scarlat), *Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos*, «O Arqueólogo Português», 3.ª s., 1, 1967, 123-217.
- LEITÃO (Manuel) e RIBEIRO (A.), *Nota de leitura: uma nova divindade indígena — QVANGEIVS TANNVVS*, «Reconquista» (Castelo Branco), 30-1-1981.
- UNTERMANN (Jürgen), *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965.
- VASCONCELOS (José Leite de), *Antiguidades Alentejanas*, «O Arqueólogo Português», 29, 1933, 173-185.
- VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana (=ILER)*, Barcelona, 1971 e 1972.



1 — Ara dedicada por P. Carminius Macer.



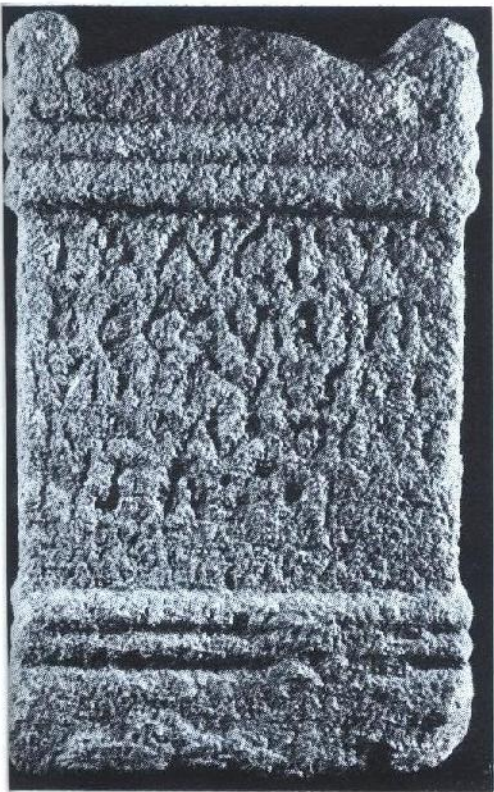
2 — Ara que Celtius consagrou a Júpiter Repulsor.



3 — O epitáfio mandado lavar por Uleia e Avito a seu filho Duácio.



4 — Pormenor do monumento anterior.



5 — O monumento consagrado por Tanginus.



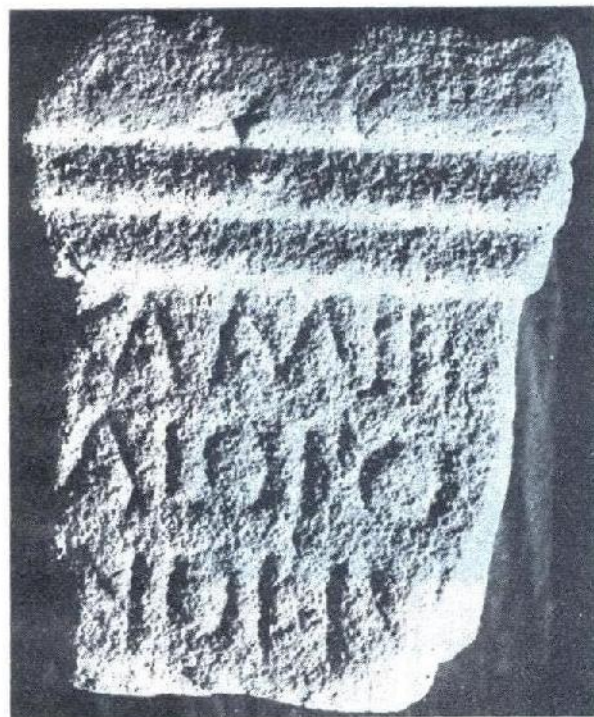
6 — Outra das aras dedicadas, verosimilmente, a Júpiter Repulsor.



7 — O altar consagrado a Quangeius Tannus,
de Salavessa.



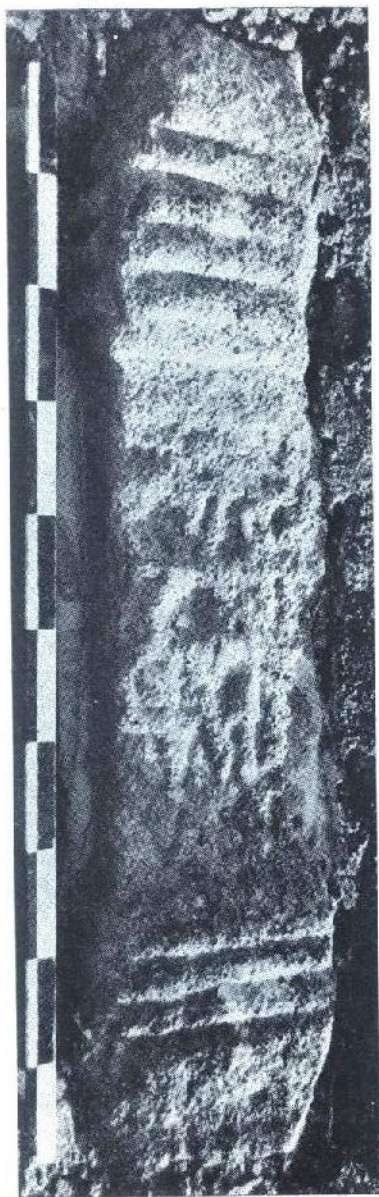
8 — Fragmento de altar (a Quangeius?).



9— A ara de Camira.



10— A ara de Priscus (?).



11 — A ara que está junto à ermida
de N.ª Sr.ª dos Prazeres.



12 — O epitáfio de Tongeta.

Fotografias de:

Guilherme Cardoso (1-6, 9-11)

F. Curado (8)

J. M. Garcia (7)

José Dinis Murta (12)

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra

1500 ex. — Julho de 1988

Depósito legal n.º 22770/88